



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005634-52.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A**
 Requerido: **Luiz Andre Motta de Oliveira**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A propõe ação de busca e apreensão contra **LUIZ ANDRÉ MOTTA DE OLIVEIRA**. Alega, em resumo, que em 28/10/2015 celebrou com o requerido contrato de financiamento, concedendo-lhe um crédito de R\$ 25.800,00, a ser pago em 48 parcelas mensais, em razão da aquisição do veículo, alienado fiduciariamente, Fiat Palio Attractive 1.0, Ano 2013, Placas FIB-1055, Cor Prata, Renavan 507899970. Entretanto, a partir de 28/01/2016 não ocorreram mais os pagamentos, mesmo após a notificação do requerido. Com efeito, pede a busca e apreensão do bem, para a consolidação da posse e a propriedade.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 05/39.

À fl. 40 foi deferida a liminar.

Em prosseguimento, houve a apreensão do bem, bem como a citação (fl. 48).

O prazo de defesa transcorreu "in albis".

É o relatório.

Fundamento e decido.

O feito prescinde de dilação probatória ou diligências, estando apto a julgamento, consoante artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de busca e apreensão fundamentada no Decreto-lei 911/69.

Não envolvendo a lide quaisquer das hipóteses previstas no art. 345, do Código de Processo Civil, a revelia do requerido faz presumir a veracidade dos fatos alegados na inicial, i.e., que deixou de cumprir a obrigação contratual de efetuar o pagamento das prestações no vencimento, dando causa à resolução do contrato. Além disso, os documentos acostados aos autos – notadamente o contrato e notificação de fls. 18/26 – dão suporte à pretensão da autora.

Portanto, as afirmações da parte estão comprovadas nos autos e o réu, devidamente citado, quedou-se inerte, não havendo outro caminho do que suportar os efeitos da revelia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A procedência é, pois, de rigor.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para declarar resolvido o contrato e consolidar nas mãos da autora o domínio e a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial, cuja apreensão torno definitiva e livre de pagamento relativo a infrações de trânsito, IPVA e demais sanções de responsabilidade do requerido.

Cumpra-se o disposto no art. 2º do Decreto Lei nº 911/69, oficiando-se ao DETRAN para informar que a requerente está autorizada a proceder à transferência do veículo a terceiros que indicar.

Condeno o requerido ao pagamento das despesas, custas do processo e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.R.I.C. e ao arquivo, oportunamente.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 17 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**